

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 28 de junho de 2024 às 07h56
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

OpenAI fecha parceria com revista Time para usar seus conteúdos em treinamentos de IA	3
---	---

Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos	4
--	---

Sebrae Notícias | BR

Denominação de Origem

Propriedade intelectual é tema de capacitação em Altamira	7
---	---

Migalhas | BR

ABPI

Concorrência desleal: Justiça reprime empresas que usam concorrentes	8
--	---

Propriedade Intelectual

Governança de IA na prática conforme regulamento europeu	10
--	----

MÁRCIO COTS

OpenAI fecha parceria com revista Time para usar seus conteúdos em treinamentos de IA

Empresa de Sam Altman vem assinando acordos com plataformas de mídia para evitar ações judiciais e expandir uso de dados

A revista Time é mais uma das publicações com conteúdos utilizados para treinar o ChatGPT. De acordo com um comunicado da empresa, que publicou a informação nesta quinta-feira, 27, o contrato entre as empresas inclui o licenciamento de conteúdos e uma "parceria estratégica" entre os grupos.

O acordo é válido por vários anos e faz parte da "coleção" de publicações que a OpenAI espera contar nos próximos anos para alimentar seu principal modelo e inteligência artificial (IA).

"Ao longo de nossos 101 anos de história, a Time adotou a inovação para garantir que a entrega de nosso jornalismo confiável evolua junto com a tecnologia", disse o diretor de operações da Time, Mark Howard, em um comunicado. "Esta parceria com a OpenAI avança nossa missão de expandir o acesso a informações confiáveis em todo o mundo, à medida que continuamos a adotar novas formas inovadoras de levar o jornalismo da TIME ao público global".

Os conteúdos da Time já estão disponíveis para a base de dados do chatbot e podem ser usados tanto em pesquisas históricas quanto para informações em tempo real, desde que o ChatGPT cite as matérias provenientes.

A Time ainda afirmou que vai fornecer feedbacks pa-

ra a OpenAI sobre como o conteúdo está sendo usado, do ponto de vista jornalístico, afirmou a revista em um comunicado.

A parceria também é uma tentativa da revista de se aproximar de públicos mais jovens. Com mais de 100 anos, a revista optou por derrubar o paywall de todas as suas matérias no ano passado para aumentar o alcance de seus conteúdos.

OpenAI busca parceriasA OpenAI tem buscado essas parcerias como uma forma de proteger-se contra ações judiciais de **direitos** autorais. Nos últimos meses, a empresa tem firmado parcerias significativas, incluindo com gigantes da mídia como News Corp, Axel Springer, DotDash Meredith, Financial Times e Associated Press.

Criadores de conteúdo de várias áreas, incluindo jornais e comediantes, têm argumentado que o uso de suas obras para treinamento de IA sem autorização constitui uma violação de **direitos** autorais. Em resposta, a OpenAI vem fortalecendo seus acordos de licenciamento para mitigar riscos legais.

Atualmente, a OpenAI e a Microsoft enfrentam um processo de violação de **direitos** autorais movido pelo New York Times, que já gastou US\$ 1 milhão na ação. Outros jornais, como New York Daily News, Chicago Tribune e The Intercept, também entraram com processos semelhantes, aumentando a pressão sobre a OpenAI para garantir parcerias importante e legalmente seguras.

Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos



A inteligência artificial carrega potencialidades que podem servir para o bem da humanidade, a justiça e a dignidade da pessoa humana. Na mesma medida, no FÓRUM DE LISBOA Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos

A inteligência artificial carrega potencialidades que podem servir para o bem da humanidade, a justiça e a dignidade da pessoa humana. Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo. A garantia do uso benéfico da tecnologia deve partir de uma regulação geral, o que já é inevitável, dado o impacto cotidiano da IA. E essa regulamentação deve se fundar no princípio da precaução, ater-se aos direitos fundamentais e propor uma governança híbrida.

Essa foi a conclusão dos participantes da mesa "Inteligência Artificial: Riscos Éticos, Econômicos e Eleitorais", que integrou o segundo dia da 12ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa, nesta quinta-feira (27/6). O evento é organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pelo Lisbon Public Law Research Centre (LPL), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getúlio Vargas (FGV Justiça).

Participaram do debate o presidente do Supremo Tri-

abpi.empauta.com

bunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso; o senador Eduardo Gomes (PL-TO); o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça; Laura Schertel Mendes, diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade e professora do IDP e da Universidade de Brasília (UnB); e a professora Dora Kaufman, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A moderação foi feita pelo advogado Fabrício da Mota Alves, membro-fundador da Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais.

Potencialidades e riscos

O ministro Barroso iniciou sua exposição sobre o tema afirmando ser um entusiasta das potencialidades positivas da inteligência artificial, que definiu como programas que transferem capacidades humanas para computadores. Ele mencionou o uso para tomadas de decisões com base em dados e a automação de atividades, além de aplicações no Direito.

"Só no Supremo, nós temos a utilização de inteligência artificial para agrupar processos por temas e sabermos quais deles têm mais matérias repetitivas, para podermos decidir em repercussão geral e eliminar milhares de casos", disse Barroso, que aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas.

O presidente do STF lembrou em seguida, no entanto, os riscos da inteligência artificial. Ele citou o impacto no mercado de trabalho, o que vai exigir adaptação de trabalhadores e redes de proteção social; a preocupação com o uso para fins bélicos, como armas letais autônomas; o aumento da desinformação, com deepfakes; e o risco para a privacidade, dado o volume de informações pessoais coletadas pelas big techs.

Continuação: Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos

Barroso defendeu, em resposta a isso, uma regulação da IA que se atenha à proteção dos direitos fundamentais e da democracia e à transparência na governança. "Acho que não devemos ter medo, mas, sim, a preocupação de fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana."

Regulação geral

Já o ministro Cueva fez um apelo por uma regulação de caráter geral, que forneça um arcabouço normativo para a regulação setorial, já existente no uso da inteligência artificial na Medicina e em carros autônomos, por exemplo.

Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil. O documento fundamentou o Projeto de Lei 2.338/2023, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da casa legislativa, em maio do ano passado, que objetiva regulamentar o uso da tecnologia.

"O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial. Queremos ter a certeza de que a última palavra será dada por um ser humano, e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional", acrescentou o ministro do STJ.

ConJur Apresentação do colunista do New York Times Thomas Friedman lota auditório no Fórum de Lisboa ConJur André Esteves, Thomas Friedman e Gilmar Mandes comentam os "Desafios atuais das economias globais digitalizadas" ConJur Dados sobre o sistema penitenciário apresentados por Daniela Teixeira no painel sobre "Sistemas de Justiça no Século XXI" ConJur Dados dos casos julgados no gabinete da ministra Daniela Teixeira, do STJ ConJur Daniela Teixeira apresenta dados sobre explosão do volume de HCs no STJ ConJur Ministra Daniela Teixeira dá exemplo de caso de desclassificação em sua

fala ConJur Autoridades debatem no painel "Criminalidade transnacional e virtual", no Fórum de Lisboa ConJur Plateia lota auditório para painel sobre criminalidade com ministros do STJ ConJur Painel sobre criminalidade transnacional e virtual reúne ministros do STJ, desembargadores, procuradora e advogada Reprodução/YouTube André Esteves e Thomas Friedman durante palestra do jornalista do The New York Times no XII Fórum de Lisboa ConJur Plateia ilustre prestigia os debates no segundo dia do Fórum de Lisboa ConJur Auditório da Faculdade de Direito de Lisboa ultrapassou a capacidade máxima no segundo dia do Fórum ConJur Mesa reúne autoridades para debater desinformação nas eleições ConJur Auditório lota para debate sobre constitucionalismo e ativismo judicial Painel sobre "Jurisdição Constitucional na Revisão de Políticas Públicas: Entre Ativismo e Deferência Legislativa" no XII Fórum Jurídico de Lisboa

PL 2.338/23

Eduardo Gomes, relator do PL 2.338/23 no Senado, afirmou que a leitura do texto final deve ocorrer na próxima semana. Na semana seguinte, ele espera que já possa ser aprovado pelos senadores, sendo encaminhado posteriormente à Câmara. A expectativa do senador é ter a lei sancionada até o fim do ano, o que não deve encerrar de vez a discussão, uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas.

"A regulação identifica as necessidades e aproxima todos de um certo conhecimento. Não regular, de alguma forma, é ser regulado. Eu quero saber qual o setor que questionou, que trabalhou junto com a comissão, que acompanhou os textos em construção no Parlamento, que já não está sendo regulado e abalado positiva ou negativamente pela inteligência artificial?", disse o senador ao questionar a contrariedade de certos setores à regulação.

Governança híbrida

Continuação: Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos

A professora Laura Schertel Mendes, que foi relatora da comissão de juristas que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país.

Ela listou acertos do texto: ele dialoga com normativas internacionais, mas se preocupa com as especificidades do arranjo brasileiro; tem uma estrutura simples em princípios e direitos; parte de um modelo de regulação de riscos, que impõe requisitos mais graves e medidas de governança mais gravosas a riscos mais altos; propõe a discussão sobre **direitos** autorais; e tem um modelo híbrido de governança.

"Não estamos mais falando de uma autoridade que vai regular esse sistema. As agências reguladoras devem assumir um protagonismo, serão apenas elas que poderão sancionar e supervisionar esses sistemas. Mas esse sistema todo, chamado de SIA (Sis-

tema de Governança e Regulação de Inteligência Artificial), previsto no projeto de lei, terá a coordenação de uma autoridade. Ou seja, essa governança tem de ser harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências. A criação desse modelo foi um grande acerto."

A 12ª edição do Fórum de Lisboa teve início na quarta e se encerra nesta sexta-feira (28/6). O evento sediado na capital de Portugal conta com transmissão ao vivo.

para ver a programação completa

Acompanhe o segundo dia do fórum:

Propriedade intelectual é tema de capacitação em Altamira



Por Redação

Debater a importância da propriedade intelectual para negócios inovadores em uma região com grande potencialidade de ativos como a região Xingu. Essa foi a proposta da Palestra A importância da propriedade intelectual para negócios inovadores, ocorrida nessa quarta-feira (26), no auditório do Sebrae no município de Altamira. A ação foi realizada pela Incubadora do Xingu UFPA e pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS), com o apoio do Sebrae/PA.

A palestra foi ministrada pelo advogado e mestre em **propriedade** intelectual e **transferência** de tecnologia para inovação, Paulo Melo. Paulo falou de inteligência artificial, **indicação** geográfica, bens intelectuais, o valor econômico de uma marca, licenças de patentes, franquias, além de citar exemplos utilizando insumos regionais como o cacau e produtos paraenses como o queijo do Marajó.

"A temática abordada é de extrema importância para os pequenos negócios, mas, infelizmente, em muitos casos, acaba ficando em segundo plano na vida do empreendedor. Então, trazer essa abordagem de forma clara, direta e recorrente é essencial", frisa a coordenadora da Agência de Negócios Xingu, Rosiane Amorim.

A coordenadora da Incubadora Xingu e professora da abpi.empauta.com

Universidade Federal do Pará, Silvia Maia, ressalta a importância da Academia e do Mercado se unirem para disseminar conhecimento. "Essa parceria com o Sebrae permite levar para a sociedade todo o conhecimento científico que está sendo desenvolvido. Essa iniciativa permite esclarecer aos empreendedores temáticas importantes, como o registro de marca, patentes e **indicação** geográfica e todo o valor que está embutido nesse processo", afirma Sílvia.

"Já tinha alguém com o nome do meu empreendimento, que vem do nome da minha esposa, Auxiliadora. A pessoa questionou, mas ainda não tinha registrado, procuramos o Sebrae, que nos ajuda desde o início, e saímos na frente", informa o empreendedor José Carlos Guimarães, que participou da capacitação e enfrentou um problema relacionado à marca de sua empresa, a Doralícias, que trabalha com produtos que vão de amêndoas até o chocolate

José Carlos destaca que, apesar de ter conhecimento prévio sobre o assunto, a capacitação lhe trouxe informações inéditas e agregou conhecimento. "Apreendi várias coisas que não conhecia, trouxe um leque maior de conhecimentos, o conhecimento trazido pelo conteúdo apresentado foi de grande importância".

Concorrência desleal: Justiça reprime empresas que usam concorrentes



Na busca incessante por visibilidade e alcance no mercado digital, muitas empresas estão adotando estratégias agressivas de marketing, entre elas, a compra de palavras-chave em plataformas como Google Ads. No entanto, o uso de marcas concorrentes como palavras-chave tem levantado sérias questões jurídicas.

Concorrência desleal: Justiça reprime empresas que usam nomes de concorrentes em anúncios João Pedro Dias Vidal Na busca incessante por visibilidade e alcance no mercado digital, muitas empresas estão adotando estratégias agressivas de marketing, entre elas, a compra de palavras-chave em plataformas como Google Ads. No entanto, o uso de marcas concorrentes como palavras-chave tem levantado sérias questões jurídicas. quinta-feira, 27 de junho de 2024 Atualizado às 14:14 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A armadilha do marketing digital

A compra de palavras-chave é uma prática comum para empresas que desejam aumentar sua presença online. Ao escolher palavras associadas aos produtos

abpi.empauta.com

ou serviços que oferecem, essas empresas garantem que seus anúncios apareçam no topo dos resultados de busca. O problema surge quando essas palavras incluem nomes de marcas concorrentes.

Essa prática pode parecer uma estratégia inteligente para atrair clientes, mas configura uma violação aos princípios de livre concorrência. Ao utilizar o nome de uma marca rival, a empresa infratora se beneficia do reconhecimento e do esforço de marketing da concorrente, atraindo consumidores de forma indevida.

Decisões judiciais e impactos

Os tribunais brasileiros têm se manifestado de forma rigorosa contra essa prática. Em um caso recente, o a 3ª turma do TJ/SP condenou uma empresa por utilizar marcas registradas de uma concorrente em seus anúncios no Google Ads (Processo 1130874-18.2021. 8.26.0100). A decisão incluiu uma multa diária para a continuidade da prática e indenizações por danos morais e materiais.

Além disso, o STJ tem estabelecido precedentes importantes nos últimos anos, classificando tais atitudes como crimes de concorrência desleal. Em julgamento recente no REsp 2.096.417/SP, a ministra relatora Nancy Andrighi afirmou enfaticamente que a compra de palavras-chave em plataformas de "ads" com o nome do concorrente ou o nome de seus produtos ou serviços é um meio fraudulento de desvio de clientela, causando confusão de marcas. Estes atos são classificados como parasitários e geram o dever de indenizar.

Consequências para as empresas

Empresas que utilizam marcas concorrentes como palavras-chave em suas campanhas digitais podem enfrentar sérias consequências jurídicas. As ações judiciais resultantes podem incluir multas substanciais

Continuação: Concorrência desleal: Justiça reprime empresas que usam concorrentes

e danos à reputação corporativa. A justiça brasileira tem mostrado que não tolera essa prática, classificando-a como uma violação ética e legal.

Adotar práticas de marketing que respeitem os direitos de **propriedade** industrial não é apenas uma questão de conformidade legal, mas também uma estratégia para fortalecer a credibilidade e a integridade da marca no mercado. Em vez de recorrer a atalhos que podem resultar em litígios caros, as empresas devem focar em inovação e em uma concorrência saudável.

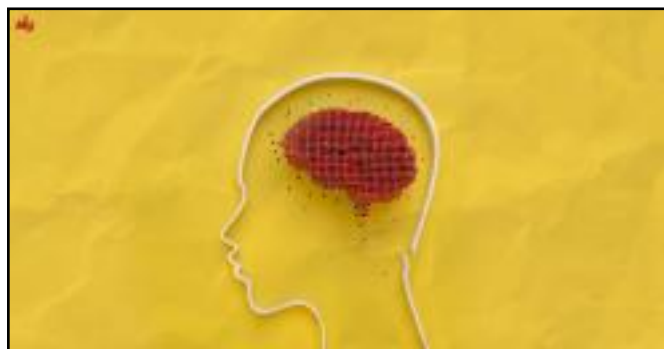
Conclusão

O uso indevido de marcas de concorrentes como palavras-chave não só fere princípios éticos, mas também acarreta sérias repercussões legais. É vital que as

empresas estejam cientes dos riscos e evitem práticas que possam levar a disputas judiciais e danos à reputação. Investir em estratégias de marketing que respeitem os direitos de propriedade industrial é essencial para construir uma imagem positiva e duradoura. A promoção de uma concorrência justa e leal é a base para um mercado mais saudável e competitivo, beneficiando não apenas as empresas, mas também os consumidores.

João Pedro Dias Vidal Graduando em Direito na UNESP, sócio na Castro & Lage Propriedade Intelectual, membro da **ABPI**, pesquisador em propriedade intelectual na UFPR e membro do Grupo de Estudos em Direito Digital (GEDD FMP)

Governança de IA na prática conforme regulamento europeu



O AI Act da União Europeia regula a IA para garantir segurança e ética. Define categorias de risco e diretrizes claras para seu desenvolvimento e implementação, promovendo inovação responsável e protegendo direitos fundamentais.

Governança de IA na prática conforme regulamento europeu Márcio Cots O AI Act da União Europeia regula a IA para garantir segurança e ética. Define categorias de risco e diretrizes claras para seu desenvolvimento e implementação, promovendo inovação responsável e protegendo direitos fundamentais. quinta-feira, 27 de junho de 2024 Atualizado às 14:20 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Nos últimos anos, a IA tem revolucionado diversos setores, desde a saúde até a mobilidade urbana, transformando a maneira como vivemos e trabalhamos. No entanto, o rápido avanço dessa tecnologia também trouxe à tona preocupações significativas sobre segurança, ética, **propriedade** intelectual, direito a imagem e privacidade. Em resposta a esses desafios, a União Europeia desenvolveu o AI Act, um marco regulatório que visa estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento e a implementação de sistemas de IA. O regulamento busca garantir que a IA seja utilizada de maneira segura, transparente e responsável, promovendo a inovação ao mesmo tempo em que protege os direitos fundamentais dos cidadãos. Este artigo explora as principais diretrizes do AI Act e discute como elas podem ser aplicadas na prática para

uma governança eficaz da IA.

O AI Act define IA como sistemas baseados em software que, por meio de técnicas como aprendizado de máquina, lógica simbólica ou abordagens híbridas, podem gerar resultados como previsões, recomendações ou decisões que influenciam ambientes reais ou virtuais. Conforme a norma europeia, os sistemas de IA são classificados em quatro categorias de risco:

Risco inaceitável

Risco alto

Risco limitado

Risco mínimo

Sistemas de risco inaceitável, como aqueles que utilizam técnicas subliminares para manipular comportamentos, são proibidos. Sistemas de alto risco, como IA utilizada em diagnósticos médicos ou seleção de candidatos para empregos, devem cumprir requisitos rigorosos, incluindo transparência, robustez, segurança e supervisão humana. Sistemas de risco limitado, como chatbots, devem informar aos usuários que estão interagindo com IA. Já os sistemas de risco mínimo, como filtros de spam, possuem exigências regulatórias mínimas, promovendo um equilíbrio entre inovação e proteção dos direitos fundamentais.

A governança de IA conforme o AI Act é fundamentada em princípios-chave que visam assegurar o uso ético e seguro dessa tecnologia. A transparência e a explicabilidade são primordiais, exigindo que os sistemas de IA sejam compreensíveis e suas decisões explicáveis aos usuários. A segurança e a robustez são igualmente cruciais, garantindo que os sistemas sejam resistentes a falhas e ataques, mi-

Continuação: Governança de IA na prática conforme regulamento europeu

nimizando riscos. A privacidade e proteção de dados são enfatizadas, assegurando que os dados pessoais sejam utilizados de acordo com o GDPR e outras regulamentações pertinentes. Além disso, o AI Act estabelece a responsabilidade e a supervisão, definindo claramente as responsabilidades dos desenvolvedores e operadores de IA, bem como mecanismos de fiscalização contínua para assegurar a conformidade com as normas estabelecidas. Esses princípios visam criar um ambiente de confiança e segurança, promovendo a inovação responsável na área de inteligência artificial.

A implementação prática da governança de IA conforme o AI Act envolve várias etapas críticas para garantir a conformidade e a eficácia. Entre elas estão:

1. Desenvolvimento de Políticas Internas

Estruturação de políticas internas para conformidade com o AI Act.

Criação de comitês de ética e definição de diretrizes claras para o desenvolvimento e a utilização de IA.

2. Treinamento e Capacitação

Necessidade de treinamento contínuo para desenvolvedores e usuários de IA.

Programas de capacitação e certificação.

3. Monitoramento e Auditoria

Processos contínuos de monitoramento e auditoria para garantir conformidade.

Ferramentas avançadas de auditoria para avaliar e mitigar riscos de maneira proativa.

4. Colaboração e Parcerias

Parcerias entre setor privado, público e acadêmico são cruciais para promover troca de conhecimento e desenvolvimento das melhores práticas.

Estes passos garantem que a governança de IA não só cumpra os requisitos legais, mas também promova um ambiente de inovação responsável e segura.

A implementação prática da governança de IA conforme o AI Act enfrenta diversos desafios, incluindo a rápida evolução tecnológica, que pode dificultar a manutenção da conformidade regulatória e a necessidade de um equilíbrio entre inovação e regulamentação. As empresas podem encontrar barreiras na integração de novos processos e tecnologias para atender aos requisitos do AI Act, exigindo investimentos significativos em treinamento e infraestrutura. Além disso, a harmonização das regulamentações de IA em diferentes jurisdições pode ser complexa, especialmente para organizações que operam globalmente. Apesar desses desafios, a governança robusta de IA é crucial para assegurar que os benefícios da IA sejam aproveitados de maneira ética e segura. No futuro, espera-se que o AI Act evolua, incorporando novas tecnologias e práticas emergentes, garantindo uma adaptação contínua às necessidades da sociedade. Em conclusão, o AI Act representa um passo significativo para a governança da IA, promovendo a inovação responsável e protegendo os direitos fundamentais, criando assim uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e ético da inteligência artificial.

Márcio Cots Advogado no Cots Advogados.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4

Propriedade Intelectual

7, 10

Denominação de Origem

7

Inovação

7

ABPI

8

Propriedade Industrial

8